

ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE, COM ÊNFASE NA GRI: COMPARAÇÃO ENTRE EMPRESAS DO SETOR DE PAPEL E CELULOSE DOS EUA E BRASIL

Marcela Fernandes Gasparino*
Maísa de Souza Ribeiro**

Resumo

A degradação ambiental tem aumentado significativamente, forçando as pessoas e as empresas a mudarem seu comportamento. Muitas companhias adotaram sistema de controle e proteção ambiental e têm sido estimuladas a demonstrar tal feito. Algumas organizações criaram indicadores para refletir os esforços realizados na área socioambiental.

A base desta pesquisa foram seis empresas do setor de papel e celulose, três americanas e três brasileiras. Entre as empresas americanas, a adoção dos indicadores da GRI foi maciça, fato que motivou a adoção desses indicadores como parâmetro para avaliação do grupo. O objetivo deste artigo é comparar os relatórios sociais americanos e brasileiros, visando identificar diferenças comportamentais e de evidenciação. Por meio dos dados obtidos, verificou-se que os relatórios americanos têm maior riqueza de dados, ainda que sem atenderem totalmente às recomendações da GRI. Entretanto, somente uma das empresas, que é brasileira, teve seu relatório social verificado por auditoria externa. Além disso, em todos eles nota-se a ausência de informações de natureza financeira.

Palavras-chave: contabilidade ambiental; evidenciação ambiental.

* Graduada em ciências contábeis na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. E-mail: <marcela.gasparino@br.pwc.com>.

** Professora Doutora, docente do departamento de contabilidade na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. E-mail: <maisorib@usp.br>.

Introdução

Contextualização

Kofi Annan, então secretário geral das Nações Unidas, lançou durante o Fórum Econômico de Davos, em 1999, o Global Compact, com o objetivo de sensibilizar, mobilizar e engajar a comunidade empresarial internacional em torno de questões relevantes da sociedade contemporânea. O documento sugere que as empresas adiram e assumam compromissos globais, incorporando ao cotidiano dos negócios os princípios do Instituto Ethos relacionados aos direitos humanos, trabalho e meio ambiente. Esses princípios se baseiam no paradigma do desenvolvimento humano sustentável e ressaltam a importância das empresas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Global Compact veio mostrar que o mundo como um todo – países pobres e ricos, do leste, oeste, norte e sul – deve se conscientizar dos problemas existentes, e uma das finalidades, inclusive, é conseguir que empresas com agendas de ações locais vinculem seus negócios ao desenvolvimento sustentável global. O constante processo de desenvolvimento e crescimento econômico, associado à globalização e internacionalização das informações, faz com que empresas assumam responsabilidades em relação ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade. Nesse sentido, as empresas devem incorporar aos objetivos de obtenção de lucros, a responsabilidade social, visto que esta, juntamente com o desejo de continuidade – inerente à grande maioria dos negócios - abrange o bem-estar da população e a sua integridade.

Discute-se sobre o verdadeiro papel das empresas, não apenas como agente de desenvolvimento econômico de um país, mas também como agente de desenvolvimento social. Desse modo, a responsabilidade social assume diversas formas, entre as quais se incluem projetos filantrópicos e educacionais, planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral, de conformidade com o interesse público e também com a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

As práticas de preservação, recuperação do meio ambiente e as preocupações com as demais questões sociais contidas nas operações das empresas refletem as condutas organizacionais.

Assim, este artigo se propõe a analisar a seguinte questão: quais as semelhanças e diferenças dos relatórios ambientais das empresas americanas e brasileiras?

Objetivo

O objetivo geral deste artigo é identificar o comportamento das empresas do setor de papel e celulose do Brasil e dos EUA em relação às questões ambientais.

Justificativa

Por meio de análises de relatórios sociais de empresas de países desenvolvidos, como os EUA, pode-se verificar se há destaques de práticas de ações sociais em prol do meio ambiente que possam ser utilizadas como referencial para as empresas brasileiras e as diferenças em termos de grau de evidenciação e transparência de informações sobre o tema.

É importante evidenciar as desigualdades entre os países ricos e pobres, dado que os primeiros adquirem matérias-primas exploradas nos países do hemisfério sul com um baixíssimo custo e agregam valor a partir da tecnologia aplicada pelos países do hemisfério norte, de modo que o conforto das nações ricas seja sustentado pela depredação do meio ambiente das nações pobres, que perdem seu patrimônio ambiental e ainda arcam com as consequências sociais e ambientais de uma exploração que beneficia mais as nações ricas (SILVA, 2003, p.54).

Silva (2003) afirma que vários estudos comprovaram que, se toda a população do globo tivesse o mesmo padrão de consumo das populações dos países ricos, por volta de 1/5

da população mundial, seria necessário uma biosfera seis vezes maior do que a do nosso planeta.

A pesquisa se fará, especialmente, em relação às empresas do setor de celulose e papel, pelo fato de ser um setor completamente dependente da natureza. Caso as empresas desse setor não se conscientizem de que é necessário ser socialmente responsável, sua continuidade pode ser comprometida.

Metodologia

Amostra

A seleção das empresas foi baseada no levantamento das 100 maiores empresas, por faturamento, do setor de celulose e papel e produtos de madeira, com base na *Global Forest and Paper and Industry Survey 2004*, publicada pela Pricewaterhouse Coopers, com dados do exercício de 2003.

Observando-se a referida publicação, verificou-se que 27% das maiores empresas classificadas eram dos EUA, seguidas pelas japonesas, com 13%, e pelas canadenses, com 11%. Do Brasil, havia 4% de empresas em relação ao total geral, ficando à frente de países como Austrália, Reino Unido e França, que representaram, cada um, 3% da amostra.

Foram selecionadas as três maiores empresas americanas pela posição de maior destaque do país na amostra escolhida, no cenário econômico internacional, e por pertencerem ao grupo de países desenvolvidos. Essas empresas foram comparadas com as três maiores brasileiras.

Abordagem

O método de abordagem utilizado foi o indutivo, pois partiu-se do específico para o geral por meio da análise dos casos.

Técnicas

As técnicas utilizadas foram análises de conteúdo, a partir de informação obtida em *websites* de entidades ambientais internacionais e das empresas estudadas, em dissertações, teses, artigos e livros.

Foram analisadas as atividades de responsabilidade social realizadas em cada uma das empresas, quais modelos de relatórios são mais completos e apresentam mais detalhes em relação aos aspectos patrimoniais e de desempenho na ótica ambiental e que podem servir de base para melhorar os relatórios utilizados no Brasil. Os dados obtidos nos sites das empresas são relativos ao exercício de 2004, com exceção da VCP que os publica bianualmente.

Literatura

Regulamentação sobre relatórios ambientais

Algumas das grandes empresas, basicamente as de capital aberto e que têm ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, já perceberam o quão importante é a divulgação de suas preocupações com o meio ambiente, seja para terem credibilidade e confiabilidade diante dos vários usuários dessa informação, seja pelos reflexos que essa divulgação tem em termos de capacidade competitiva.

Ao elaborar um relatório ambiental, uma empresa freqüentemente identifica problemas e oportunidades em relação a gentes reguladores, reputação das marcas, comunidades e entidades não-governamentais, cadeias de fornecimento, além de redução de custos e de desperdícios, sendo necessária uma revisão de diversos processos adotados pela organização.

Além disso, a pressão do governo e da sociedade para que as empresas adotem políticas “amigas do meio ambiente” tem feito com que a elaboração dos relatórios represente

vantagem competitiva, diante do surgimento de um grupo de consumidores, caracterizados como *green consumers*, que procuram comprar somente produtos de empresas reconhecidas por sua responsabilidade em relação ao meio ambiente.

Atualmente, os países onde há uma maior pressão por parte dos consumidores são Alemanha, Áustria e os países da Escandinávia. Entretanto, essa é uma tendência crescente, tanto no resto da Europa quanto em outros continentes. Com o rápido desenvolvimento de novas mídias e da Internet, ficou mais fácil para a sociedade acompanhar a maneira como a empresa coordena o seu crescimento com a preservação do meio ambiente. Além disso, muitas empresas passaram a exigir que seus fornecedores tivessem algum tipo de certificado – por exemplo, ISO 9000 e 14001 –; dessa forma, os relatórios ambientais ajudam a consolidar parcerias, aumentando a transparência no que diz respeito a políticas de desempenho ambiental.

Segundo a Global Reporting Initiative (2002), relatórios de sustentabilidade contribuem para reduzir a volatilidade nos preços das ações de empresas de capital aberto e do custo de capital. Além do mais, podem fornecer informações relevantes para os analistas de mercado. A partir disso, é possível perceber que os relatórios ambientais são uma necessidade e uma oportunidade.

Diante desses fatos e com a finalidade de atender às empresas, têm sido publicados, desde o início dos anos 1990, vários guias e diretrizes sobre evidenciação (*disclosure*) ambiental, os quais, apesar de não serem obrigatórios, servem como incentivo à elaboração de relatórios com conteúdo ambiental e socialmente responsável.

Diretrizes brasileiras

Na esfera contábil

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio do Parecer de Orientação nº 15/97, sugere que as empresas apresentem, no relatório da administração que acompanha as demonstrações contábeis publicadas anualmente, as informações referentes aos investimentos realizados em benefício do meio ambiente e a sua conduta em relação às questões ambientais.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) publicou, em 1996, as Normas e Procedimentos de Auditoria 11, nos quais afirma que a ciência contábil, assim como as demais ciências, deve participar dos esforços em favor da defesa e proteção contra a poluição e as agressões à vida humana e à natureza.

No referido documento, o Ibracon conclui que ativos e passivos ambientais, quando existirem, deverão ser registrados nas demonstrações contábeis das empresas ou, então, incluídos nas notas explicativas das referidas demonstrações. Quando ocorrerem eventos e transações que afetem imediatamente o meio ecológico, os efeitos econômicos devem ser computados na avaliação do resultado do período.

Conforme visto, embora de forma incipiente, são entidades brasileiras que exercem influência nas informações que vão a público, que se pronunciaram a respeito de diretrizes para a evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis, o que já é um início para a evolução de diretrizes mais detalhadas no que diz respeito à evidenciação das informações ambientais.

Em 19 de agosto de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu sua resolução 1.003/04, aprovando a Norma Brasileira de Contabilidade T 15 (NBC T 15), com a denominação Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual deveria entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006. Seu objetivo é estabelecer procedimentos para a evidenciação de informações de natureza social e ambiental, de forma a demonstrar à sociedade *a participação e a responsabilidade social da entidade* (NBC T 15, parágrafo 15.1.1). Segundo as instruções do parágrafo 15.1.2 da referida norma, as informações deveriam abranger a

geração e distribuição de riqueza, ou seja, a demonstração do valor adicionado, os recursos humanos e a interação da entidade com o ambiente externo, aqui subentendido como sociedade em geral, e meio ecológico.

Fica claro na norma como um todo que as informações sociais e ambientais podem ser de natureza física, monetária ou qualitativa e, não necessariamente, serão provenientes da contabilidade. A norma esclarece, em seu parágrafo 15.1.4, que as informações devem aparecer, no conjunto das demonstrações contábeis, como informações complementares e não como notas explicativas. Além disso, devem ser apresentadas de forma comparativa; ou seja, sempre precedidas das informações do ano anterior (parágrafo 15.1.5), e devem ser objeto de auditoria (parágrafo 15.3.3).

Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental, criada com o objetivo de difundir a necessidade da responsabilidade social no meio empresarial. Ela tem promovido diversos seminários e publicado materiais didáticos direcionados à conscientização dos empresários sobre a integração da responsabilidade aos objetivos do negócio. Assim é que desenvolveu o guia de elaboração do balanço social, com a intenção de que funcionasse como uma ferramenta de gestão. Ele propõe a padronização da forma de apresentação dos relatórios, visando à criação de indicadores de responsabilidade social comparáveis entre as diversas empresas, de diversos setores, que aderiram ao modelo.

O Instituto Ethos propõe que o relatório social *contenha informações sobre o perfil do empreendimento, histórico da empresa, seus princípios e valores, governança corporativa, diálogo com partes interessadas e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental*, de forma que possa promover a integração entre os agentes envolvidos com a empresa: *público interno, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, meio ambiente, governo e sociedade*.

O Ethos propõe às empresas a adoção de alguns princípios básicos direcionados a direitos humanos, condições de trabalho e à relação com o meio ecológico. Na área de *direitos humanos*, a adoção e proteção dos direitos humanos internacionais; na área de *trabalho*, liberdade de associação coletiva, eliminação do trabalho forçado, infantil e discriminação. Em relação à área de *meio ambiente*, adoção de medidas preventivas, iniciativas de responsabilidade social e difusão de tecnologias limpas.

O Ethos não exclui a manutenção do balanço social em outros modelos; pelo contrário, tem promovido a integração deles, como o modelo Ibase e a GRI, que serão vistos adiante.

Ibase

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), criado em 1981, é uma organização não-governamental que tem trabalhado pela igualdade democrática dos cidadãos. Entre os temas que tem discutido está a responsabilidade social e a ética nas organizações, e com tais discussões, visa à adoção de práticas responsáveis e à transparência das ações empresariais.

O instituto mantém uma campanha permanente para que empresas que atuam no Brasil publiquem o balanço social – demonstração que deve ser divulgada anualmente, reunindo informações sobre projetos, benefícios e ações sociais e ambientais dirigidas a empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade.

Até 2004, haviam sido contabilizados 734 balanços sociais já publicados no modelo Ibase e disponíveis para consulta. Além disso, o instituto acredita estar interferindo no debate público, ampliando as articulações e a capacidade crítica da sociedade civil no âmbito da responsabilidade social empresarial.

Diretrizes internacionais

Na esfera contábil

O Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (Isar) foi criado por uma resolução do Economic and Social Council (Ecosoc) em 1982 e é mantido pela United Nations Conference on Trade and Development (Unctad). Esse grupo congrega interesses contábeis e ambientais.

Desde sua criação, o Isar vem discutindo as questões ambientais que podem afetar o patrimônio das companhias. Já divulgou cinco relatórios que servem como orientação sobre a evidenciação das questões ambientais:

- 1997 – *Accounting and Reporting for Environmental Liabilities and Costs within the Existing Financial Reporting Framework*;
- 1998 – *Environmental Financial Accounting and Reporting at the Corporate Level*;
- 1999 – *Accounting and Financial Reporting for Environmental Costs and Liabilities*;
- 2000 – *Integrating Environmental and Financial Performance at the Enterprise Level*; e
- 2004 – *Manual for the Preparers and Users of Eco-efficiency Indicator*.

O Isar destaca-se pela preocupação com a aplicação de conceitos contábeis e no que diz respeito à evidenciação ambiental e à segregação em três assuntos específicos: *passivos ambientais, custos ambientais e políticas contábeis*.

O Fasb, por meio do Eitf 90-8, afirma que os gastos referentes ao tratamento de áreas contaminadas poderão ser classificados como ativos, com as seguintes condições:

- quando forem recuperáveis;
- quando proporcionarem aumento de vida útil, capacidade ou melhoria de segurança e eficiência;
- se forem incorridos para o preparo do ativo para venda.

ONU e o Global Compact

O Global Compact é uma iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a promoção de valores fundamentais nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente. Essa iniciativa conta com a participação das agências da ONU, empresas, sindicatos e organizações não-governamentais, entre outros parceiros.

Pelo modelo de relatório social Global Compact propõe-se um conjunto de valores relativos à defesa dos direitos humanos, condições de trabalho e meio ambiente, por meio da incorporação dos princípios desenvolvidos pelo Instituto Ethos.

Global Reporting Initiative (GRI)

A GRI (2002) foi lançada em 1997 como uma iniciativa conjunta da organização não-governamental Coalition for Environmentally Responsible Economies (Ceres) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), tendo por objetivo melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade. Essa iniciativa tem recebido o apoio efetivo e a participação de representantes da indústria, de grupos ativistas sem fins lucrativos, de órgãos contábeis, de organizações de investidores e de sindicatos, entre outros. Todos esses grupos trabalharam conjuntamente para chegar a um consenso sobre as diretrizes para relatórios que possam alcançar aceitação mundial. O primeiro conjunto de *Diretrizes*

para *Relatórios de Sustentabilidade* da GRI foi lançado em junho de 2000 e atualizado em 2002.

As referidas diretrizes representam mais um avanço no atendimento às crescentes demandas por informação. Ao reunir milhares de parceiros e centenas de organizações interessadas, a GRI continua trabalhando rumo à homogeneização de relatórios, maximizando o seu valor, tanto para as próprias organizações reladoras quanto para os usuários.

As diretrizes da GRI organizam o conceito de relatório de sustentabilidade em termos de desempenho econômico, ambiental e social, conhecido como *triple bottom line* ou resultado triplo. A sustentabilidade só pode ser alcançada por meio do equilíbrio entre as três variáveis e sem o comprometimento do desenvolvimento futuro. Sugere-se, ainda, que as informações propostas sejam subdivididas da seguinte forma:

- **visão estratégica:** envolve a declaração da visão e da estratégia da organização no que se refere à sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Deve conter uma declaração do diretor-presidente (ou autoridade equivalente) comentando os pontos principais do relatório;
- **perfil:** os relatórios devem apresentar o perfil organizacional, fornecendo informações como nome da organização, principais produtos e serviços, estrutura operacional da organização, tipo e natureza legal de propriedade, países em que está presente e porte da organização. Além disso, deve informar as pessoas a serem contatadas para esclarecimentos, período a que se referem as informações, data de relatórios anteriores e abrangências do relatório. Além disso, devem constar no relatório informações como critérios utilizados na contabilização dos custos e benefícios econômico-ambientais, além de políticas e procedimentos internos usados para garantir a exatidão, integralidade e confiabilidade do relatório ambiental;
- **estrutura de governança e sistemas de gestão:** conforme descrito no próprio título, os relatórios devem deixar clara a estrutura de governança, incluindo os principais comitês abaixo dos conselhos de administração que sejam responsáveis pela estratégia e supervisão da organização, o engajamento das partes interessadas e políticas abrangentes e sistemas de gestão.
- **sumário de conteúdo da GRI:** a GRI considera importante a elaboração de uma tabela identificando a localização de cada elemento do seu relatório, por seção e indicador;
- **indicadores de desempenho:** o principal objetivo de se colocar indicadores de desempenho nos relatórios é fornecer informações sobre o impacto ambiental da organização reladora, buscando aprimorar a comparabilidade dos relatórios entre as organizações que os elaboram. Segundo a GRI (2002),

[...] para alcançar estes objetivos, o desempenho não pode ser definido apenas em relação às metas e intenções de gestão interna, mas também deve refletir o amplo contexto em que a organização opera, o que é um dos pontos centrais dos relatórios de desempenho ambiental.

Outras diretrizes para elaboração de relatórios ambientais ou socioambientais podem ser encontradas, principalmente, em nível internacional. Contudo, não foi o objetivo deste artigo abordar todas elas.

Pesquisa Amostra

A amostra será composta por seis empresas – as três maiores americanas e as três maiores brasileiras –, por faturamento, do setor de papel e celulose, conforme pesquisa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers em 2004 – *Global Forest and Paper and Industry Survey 2004*.

Foram escolhidas as empresas americanas por serem maioria no conjunto das 100 companhias citadas na referida pesquisa (27%) e por serem provenientes de um país desenvolvido e de grande importância no cenário econômico mundial.

As empresas americanas são a International Paper, a Georgia Pacific e a Weyerhaeuser, enquanto as brasileiras são a Aracruz, a Klabin e a VCP. Os dados obtidos nos sites das empresas são relativos ao exercício de 2004, com exceção da VCP que os publica bianualmente.

Análise dos dados

Por meio dos dados observados, percebe-se que as empresas apresentam muitas informações técnicas de processos de produção e sobre poluentes químicos. No entanto, não se pretende aqui avaliar qual procedimento de despoluição é o mais adequado ou qual empresa emite os poluentes mais perigosos ao meio ambiente, pois, para isso, seria necessário questionar um perito no assunto.

De acordo com o objetivo do artigo, buscou-se verificar os tipos de informações predominantes sobre a área ambiental presentes em cada relatório. Assim, buscou-se verificar se elas são transparentes e apresentam informações referentes ao meio ambiente de modo coerente e se essa evidênciação se diferencia muito entre Brasil e EUA.

A análise dos relatórios sociais das empresas, também denominados relatórios de sustentabilidade, ambiental ou balanço social, demonstrou que as diretrizes mais adotadas são as da GRI, principalmente, pelas empresas americanas. Assim, o modelo foi eleito como parâmetro para avaliar o conjunto dos relatórios das companhias em estudo – as informações das empresas que não utilizaram o referido modelo foram reestruturadas para possibilitar a comparabilidade.

Na tabela 1 são apresentados os elementos e indicadores encontrados. Para realizar a comparação das empresas, as informações sobre cada elemento ou indicador foram identificadas e classificadas da seguinte maneira:

- **tipo 1 – informação declarativa:** quando as informações foram apresentadas apenas de modo qualitativo;
- **tipo 2 – informação quantitativa não-monetária:** quando as informações foram apresentadas de maneira qualitativa e também quantitativa; expressa em números de natureza não-financeira;
- **tipo 3 – informação quantitativa monetária:** quando as informações foram apresentadas de maneira qualitativa e também quantitativa; expressa em números de natureza monetária.

Tabela 1
Resumo dos dados

Elementos GRI	Estados Unidos				Brasil			
	International Paper	Georgia Pacific	Weyerhaeuser	Total Reportado	Aracruz	klabin	VCP	Total Reportado
1. Visão e Estratégia								
1.1 Visão, política e estratégia referente ao desenvolvimento sustentável	1	1	1	3	1	1	1	3
Perfil do Relatório								
2.18 Critério contábil (ambiental)	-	-	-	-	-	-	-	-
2.20 Garantia de qualidade interna	-	1	1	2	1	-	-	1
2.21 Garantia de qualidade independente (auditoria do relatório de sustentabilidade)	-	-	-	-	1	-	-	1
Políticas abrangentes e sistemas de gestão								
3.13 Princípio de Precaução	1	-	1	2	-	-	-	-
3.14 Princípios internacionais e iniciativas ambientais que a empresa segue ou apóia	1	1	1	3	1	1	1	3
3.16 Políticas para administrar os impactos da cadeia produtiva	1	-	1	2	-	-	1	1
3.17 Administração dos impactos ambientais indiretos resultantes de suas atividades	-	-	-	-	-	-	-	-
3.20 Certificações ambientais	1	1	1	3	1	1	1	3
4. Sumário de conteúdo da GRI	1	1	1	3	-	-	-	-
5. Indicadores de Desempenho								
Indicadores de Desempenho Econômico								
EC13: Impacto econômico indireto	-	-	-	-	-	-	-	-
Indicadores de Desempenho Ambiental								

	Estados Unidos				Brasil			
	International Paper	Georgia Pacific	Weyerhaeuser	Total Reportado	Aracruz	klabin	VCP	Total Reportado
Materiais - essencial								
EN1: Materiais totais utilizados, sem incluir água	2	-	2	2	-	-	-	-
EN2: Uso de material reciclado	2	2	2	3	-	2	-	1
Energia - essencial								
EN3: Uso de energia direta	2	2	1	3	2	-	-	1
EN4: Uso Indireto de energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia - adicional								
EN17: Iniciativa de Energia renovável	3	2	1	3	1	-	-	1
EN18: Consumo anual de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
EN19: Outro uso indireto de energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Água - essencial								
EN5: Total de água utilizada	1	2	2	3	2	-	-	1
Água - adicional								
EN20: Fontes de água afetadas	1	-	-	1	-	-	-	-
EN22: Reciclagem e Reutilização total da água	1	-	1	2	-	-	-	-
Biodiversidade - essencial								
EN6: Posse de terras em habitats sensíveis	1	-	-	1	1	-	1	2
EN7: Habitats afetados pelas operações	-	-	-	-	-	-	-	-
Biodiversidade - adicional								
EN23: Total de terras	2	-	2	2	2	2	-	2
EN24: Superfície Impermeável	1	-	1	2	-	-	-	-
EN25: Proteção de áreas afetadas pelas operações	1	1	1	3	1	1	1	3
EN26: Mudanças nos habitats naturais resultantes de atividades e operações e percentual protegido ou restaurado.	-	-	-	-	-	-	-	-
EN27: Objetivos, programas e metas para proteger e restaurar ecossistemas e espécies nativas em áreas degradadas.	1	-	1	2	1	-	1	2
EN28: Número de espécies com habitats em áreas afetadas	2	-	2	2	2	-	2	2
EN29: Unidades de negócios operando ou planejando operações em áreas protegidas ou sensíveis, ou ao seu redor.	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissões, efluentes e resíduos - essencial								
EN8: Emissão de gases causadores do efeito estufa	2	-	1	2	2	1	-	2
EN9: Uso e emissão de substâncias de ozônio	1	2	1	3	-	-	-	-
EN10: Outras emissões atmosféricas significativas	2	2	2	3	-	-	1	1
EN11: Quantidade total de resíduos por tipo e produto	2	2	2	3	2	-	2	2
EN12: Descargas significativas na água	2	-	1	2	1	-	2	2
EN13: Derramamento significativo de produtos químicos, óleos e combustíveis pelo número total de ocorrências e pelo volume total.	-	-	-	-	-	-	-	-
Emissões, efluentes e resíduos - adicional								
EN30: Outras emissões indiretas relevantes de gases causadores do efeito estufa	-	-	-	-	-	-	-	-
EN31: Resíduos perigosos	2	2	2	3	-	-	-	-
EN32: Fonte de água afetadas pela descarga e escoamento de água	-	-	-	-	-	-	-	-

	Estados Unidos				Brasil			
	International Paper	Georgia Pacific	Weyerhaeuser	Total Reportado	Aracruz	klabin	VCP	Total Reportado
Fornecedores - adicional								
EN33: Desempenho do fornecedor	-	-	1	1	1	-	-	1
Produtos e Serviços - essencial								
EN14: Impactos ambientais dos produtos	-	-	-	-	-	-	-	-
EN15: Porcentagem recuperável dos produtos vendidos ao fim do seu ciclo de vida e porcentagem efetivamente recuperada.	1	-	2	2	-	-	-	-
Concordância - essencial								
EN16: Incidentes ou multas pelo não cumprimento da legislação	3	2	3	3	3	-	-	1
Transporte - adicional								
EN34: Impactos ambientais de transporte utilizado	-	-	1	1	1	-	-	1
Informações gerais - adicional								
EN35: Total de gastos ambientais e especificação por tipo	3	3	3	3	3	3	3	3
Total de indicadores apresentados do total de 45	28	16	29	73	20	8	12	40
%	62%	36%	64%		44%	18%	27%	

Fonte: elaborada pelos autores, a partir dos relatórios socioambientais publicados pelas empresas da amostra.

A tabela foi elaborada de maneira a informar menções às questões ambientais no formato de códigos (1, 2 e 3, conforme descritos antes da tabela). Podemos perceber que o código predominante é o número um, que é representativo das informações qualitativas. Há uma quantidade considerável de menções ao código dois; ou seja, informações qualitativas acompanhadas de quantitativas de natureza física. A única informação financeira está contida na linha que trata do total de gastos ambientais (EN35). Portanto, a coluna total não reflete o somatório dos códigos, mas, sim, quantas vezes eles se repetem.

De acordo com a tabela 1, pode-se verificar que as empresas americanas apresentam maior número de indicadores e elementos GRI. Esse resultado deve-se ao fato das empresas americanas analisadas terem a GRI como modelo de orientação para a elaboração de seus relatórios de sustentabilidade. Porém, mesmo as empresas que afirmam seguir as diretrizes da GRI ainda não o fazem por completo.

Pela tabela 1 pode-se verificar que todas apresentam, pelo menos, a visão do negócio, políticas adotadas e preocupação com o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. A referida tabela mostra a importância dos indicadores da GRI para a comparabilidade das informações, as quais são comuns a todas as empresas, apesar de serem de países diferentes, pois há preocupação com o meio ambiente em todas as partes do mundo.

Um ponto em comum entre as empresas é que informam seus gastos com multas e penalidades (devido a ações ilegais) e com a recuperação de terras afetadas por suas operações. Nenhuma delas faz qualquer referência à contabilidade ambiental. Percebe-se, portanto, que, apesar do desenvolvimento teórico da contabilidade ambiental, as empresas não a utilizam, ainda; pelo menos, com a finalidade de informar aos usuários externos.

Sabe-se que o tratamento contábil não é o objetivo da GRI, mas, sim, a orientação das partes interessadas em articular e compreender sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Assim, pode-se afirmar que a GRI cumpre com seu papel, pois, pelos seus indicadores percebe-se que as empresas adotam práticas de desenvolvimento sustentável e que se preocupam de alguma forma com o meio ambiente.

Outro ponto em comum é que todas apresentam certificações ambientais. Todas as empresas americanas apresentam suas florestas certificadas pela Sustainable Forestry Initiative® (SFI), e tanto as empresas americanas quanto as brasileiras são certificadas pela

ISO 14001. Apesar da preocupação das empresas, nenhuma delas adota maneiras ou políticas de administração dos impactos ambientais resultantes de suas atividades.

Com relação à garantia de qualidade dos relatórios, há menção a duas empresas americanas e a uma brasileira. Apenas a empresa brasileira Aracruz possui relatório de sustentabilidade verificado por uma auditoria externa independente. A certificação independente faz com que as informações tenham mais credibilidade.

As empresas que adotam as orientações da GRI devem elaborar um sumário dos indicadores apresentados com a informação da página na qual podem ser encontrados. Contudo, foram constatadas falhas nos dados, já que nem todos os indicadores estavam no local previsto e no sumário da empresa *International Paper* consta uma quantidade de indicadores maior do que os que realmente puderam ser observados.

As empresas deveriam apresentar o passivo contingente ambiental referente a possíveis gastos futuros com a recuperação de terras já afetadas e possíveis multas – municipais, estaduais ou federal – por uma futura autuação pelo descumprimento de leis e regulamentos ambientais, nas várias localidades em que atuam. Esse dado foi apresentado por todas as empresas, mas sem especificação quanto ao tipo ou origem. A empresa brasileira Votorantin Celulose e Papel apresenta um balanço social que inclui indicadores ambientais que, apesar de ainda bastante simples, é um diferencial em relação às demais empresas.

Em seus relatórios de sustentabilidade, as empresas enfatizam as ações e os procedimentos que reduzam a poluição do ar e da água e que proporcionem maior economia no uso de energia, bem como a iniciativa de utilização de energia renovável, de redução do consumo de água, de uso de material reciclado e de contenção das emissões de gases causadores do efeito estufa. Enfim, pela análise realizada, são constatadas iniciativas que revelam a preocupação de serem ambientalmente corretas

Diante dos resultados obtidos, observa-se que o nível de evidenciação das empresas americanas estudadas foi maior do que o das brasileiras, ainda que sem cumprirem todas as determinações da GRI. Além disso, deixam a desejar quanto à valoração das ações ambientais realizadas e à utilização da contabilidade ambiental como fonte de informação e forma de evidenciação. Esse deve ser um ponto em comum a ser aperfeiçoado nos futuros relatórios de sustentabilidade dos dois países.

Conclusão

Por meio da análise das empresas selecionadas percebe-se que ainda há grande dificuldade em se apresentar informações e indicadores de desempenho ambiental e social.

Devido à crescente pressão por uma maior responsabilidade corporativa em todas as suas dimensões e por uma interseção e maior convergência na elaboração de relatórios financeiros e de sustentabilidade, fica cada vez mais evidente a necessidade de elaboração desses relatórios. Contudo, deve ser observado que os relatórios publicados até agora são ainda bastante subjetivos, com muitas informações qualitativas, mas sem padronização, o que dificulta a comparabilidade das informações e, em parte, compromete sua credibilidade.

As informações prestadas já refletem um avanço na assimilação, pelas empresas, da responsabilidade social inerente à atividade econômica, necessária a um desenvolvimento econômico sustentado. No entanto, é preciso uma maior e mais abrangente transparência, como reflexo de uma efetiva atuação. Torna-se cada vez mais forte a premissa de que apenas fazer não basta, mas que se deve divulgar o que é feito, como é feito e com quais recursos, bem como o montante envolvido e quais os benefícios gerados.

Observou-se pelo estudo que entre os vários conjuntos de indicadores para mensuração e evidenciação do desempenho socioambiental das empresas, aqueles elaborados pela GRI tiveram maior grau de adesão, pois foram utilizados por todas as empresas americanas. As empresas brasileiras não optaram por seguir um modelo específico, mas

mesmo assim elaboraram seus relatórios sociais, ainda que com menor grau de detalhamento. Não há obrigatoriedade do referido relatório nos países estudados, mas a sociedade e o mercado têm exigido a demonstração de responsabilidade social pelas companhias nele atuantes.

Assim, apesar da pesquisa ter sido limitada a apenas seis empresas de somente dois países, há muito o que melhorar para que se possa demonstrar a totalidade das ações empreendidas pelas companhias. Do total de indicadores propostos pela GRI, as empresas americanas atenderam a um percentual de 36% a 62% desse indicadores, enquanto as brasileiras ficaram entre 18 e 44%.

Todas as americanas declararam utilizar material reciclado contra apenas uma brasileira. O mesmo se observa quanto ao uso de energia renovável e reciclagem da água. Todas afirmaram adotar medidas de proteção de áreas afetadas pelas operações, até porque são obrigadas por lei a fazê-lo. As americanas foram unânimes em reconhecer a emissão de ozônio, enquanto as brasileiras tiveram comportamento totalmente inverso. As americanas informaram o total de resíduos emitidos por tipo, ao passo que somente duas das brasileiras o fizeram. Todas as americanas declararam emitir resíduos perigosos, enquanto as brasileiras nada declararam.

Observa-se que muitas informações importantes, como uso de energia renovável e de água reciclada, por exemplo, foram omitidas nos relatórios das empresas brasileiras, quando na realidade devem existir tanto as ações como as informações. Contudo, diante dos fatos expostos, a conclusão a que se chega é que as empresas americanas são mais responsáveis, do ponto de vista da responsabilidade socioambiental.

Referências

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.003/04**. Aprova a NBC T 15 – informações de natureza social e ambiental. Disponível em: <http://cfcspw.cfc.org.br/resolucoes_cfc/Res_1003.doc>. Acesso em: 30 jan. 2006.

FASB – Financial Accounting Statement Board. Emerging Issues Task Force. **Capitalization of costs to treat environmental contamination**. Issue 90-8. EUA, July 1990.

GLOBAL Forest and Paper Industry Survey. Edition 2004 – survey of 2003. Results, PWC top 100. 2002. Disponível em: <<http://www.pwc.com>>. Acesso em: 20 mar. 2005.

GRI – Global Reporting Initiative. Diretrizes para relatórios de sustentabilidade. Disponível em: <http://www.globalreporting.org/guidelines/2002/2002Portuguese_B.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2005.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Introdução do balanço social**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm>. Acesso em: 30 jan. 2006.

ONU. **Environmental financial accounting and reporting at the corporate level**. United Nations Conference on Trade and Development, 1997. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 20 mar. 2005.

SILVA, Benedito Albuquerque da. **Contabilidade e o meio ambiente**: considerações teóricas e práticas sobre o meio ambiente. São Paulo: Annablume, 2003.

UNCTAD/ISAR. United Nations Conference on Trade and Development. **Accounting and reporting for environmental liabilities and costs within the existing financial reporting framework**. Genova: United Nations, 1997. Disponível em: <www.unctad.org>. Acesso em: 8 jun. 2005.

_____. **Environmental financial accounting and reporting at the corporate level**. Geneva: United Nations, 1998. Disponível em: <www.unctad.org>. Acesso em: 8 jun. 2005.

_____. **Integrating environmental and financial performance at the enterprise level**. Geneva: United Nations, 2000. Disponível em: <www.unctad.org>. Acesso em: 8 jun. 2005.

_____. **Manual for the preparers and users of eco-efficiency indicators**. Geneva: United Nations, 2004. Disponível em: <www.unctad.org>. Acesso em: 8 jun. 2005.